



**JUIZ DE FORA**  
PREFEITURA

**MENSAGEM Nº 4640**

**CÂMARA MUNICIPAL  
DE JUIZ DE FORA**

Protocolo nº 1985  
Em 06/06/2024  
abus  
EXPEDIENTE

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal,

Com grande satisfação, submeto à apreciação dessa egrégia Casa Legislativa o Projeto de Lei que dispõe sobre a Política Municipal de Assistência Social e institui o Sistema Único de Assistência Social do Município de Juiz de Fora. Este Projeto de Lei é o resultado de um extenso processo de discussão e reflexão coletiva sobre as necessidades e os direitos dos cidadãos em situação de vulnerabilidade em nosso município, marcando um passo significativo na consolidação dos direitos sociais dos juiz-foranos.

Este Projeto de Lei representa uma grande conquista para o município de Juiz de Fora, ao implementar a política municipal de assistência social após 30 anos da promulgação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). A nova legislação possibilitará a melhoria da qualidade e o aperfeiçoamento na prestação de serviços, programas e ações socioassistenciais, beneficiando diretamente a população que mais necessita de apoio.

Uma das inovações mais importantes deste Projeto é a simplificação da legislação municipal ao consolidar as normativas pertinentes à política de assistência social sob um único diploma legal. Essa unificação tornará as normas da assistência social mais transparentes para a população, promovendo maior clareza e acessibilidade. A racionalização do conjunto de normativas não apenas simplifica o quadro legislativo, mas também impulsiona significativamente a eficácia e a capacidade de gestão do nosso Sistema Único de Assistência Social - SUAS, assegurando uma base sólida para a implementação das políticas sociais em Juiz de Fora.

A nova estrutura proposta para o Conselho Municipal de Assistência Social visa tornar o conselho mais acessível às Organizações da Sociedade Civil (OSCs) e à participação da sociedade, especialmente dos usuários e dos trabalhadores do SUAS. A reestruturação simplificará os procedimentos, tornando-os mais transparentes e ágeis, o que permitirá uma participação mais efetiva e democrática no processo de formulação e monitoramento das políticas públicas de assistência social.



O Projeto também contempla a modernização do Fundo Municipal de Assistência Social. A atualização da regulamentação do fundo garantirá uma gestão mais eficiente e transparente dos recursos, alinhada com as necessidades atuais e futuras da política de assistência social. Isso permitirá um melhor financiamento dos programas e serviços, assegurando que os recursos sejam aplicados de forma eficaz e em conformidade com as diretrizes estabelecidas.

Outro destaque do Projeto é a implementação da gestão do trabalho e da educação permanente na assistência social, que visa a qualificação contínua dos profissionais e a melhoria dos serviços prestados à população. Este enfoque na capacitação e no desenvolvimento profissional é essencial para assegurar a eficácia das políticas de assistência social e promover um atendimento digno e de qualidade aos cidadãos.

É importante destacar que as legislações atuais que regem o Conselho Municipal de Assistência Social e o Fundo Municipal de Assistência Social, que serão revogadas com a aprovação deste Projeto, estão defasadas e em desconhecimento com as legislações federais. A atualização proposta por este Projeto é essencial para alinhar nossa legislação municipal às normas nacionais, garantindo coerência e eficácia na gestão da assistência social.

A elaboração deste Projeto é fruto da deliberação das Conferências Municipais de Assistência Social realizadas nos anos de 2021 e 2023, refletindo o compromisso democrático de nossa gestão com a participação social na formulação de políticas públicas. É importante destacar que o Projeto de Lei do SUAS foi cuidadosamente analisado, debatido e aprovado pelo Conselho Municipal de Assistência Social, garantindo uma ampla participação da sociedade civil e dos diversos atores envolvidos no processo. Esse processo colaborativo assegura que o Projeto de Lei atende não apenas às necessidades identificadas pela sociedade, mas também está alinhado às diretrizes e requisitos da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), da Norma Operacional Básica do SUAS (NOB/SUAS), entre outras legislações de referência.

Com a aprovação deste Projeto de Lei, Juiz de Fora se posicionará como um exemplo de compromisso com o bem-estar social e a justiça social, reafirmando nossa dedicação aos direitos e à dignidade de todos os cidadãos.





Ao encaminhar este Projeto de Lei à Câmara Municipal, reiteramos nosso compromisso com a promoção da justiça social, a equidade, o respeito à dignidade humana, assim como efetivamos os mandamentos constitucionais. Acreditamos firmemente que, com a aprovação desta Lei, Juiz de Fora se destacará como uma cidade inclusiva e solidária, comprometida com o bem-estar de todos os seus habitantes.

Ante o exposto, são essas, Senhor Presidente, as razões que me levam a propor o presente Projeto de Lei, para ser apreciado e, ao final, aprovado, eis que um importante marco regulatório para a assistência social no município e um compromisso com a cidadania e inclusão social. Reitero a Vossa Excelência os meus votos de profundo respeito e admiração a essa Egrégia Câmara Municipal.

Prefeitura de Juiz de Fora, 28 de maio de 2024.



**MARGARIDA SALOMÃO**  
Prefeita de Juiz de Fora

**Exmo. Sr.**  
**Vereador JOSÉ MÁRCIO LOPES GUEDES**  
**Presidente da Câmara Municipal de JUIZ DE FORA/MG**  
**mmss**